



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADÓPOLIS

ESTADO DE SÃO PAULO – CNPJ 48.664.296/0001-71

VETO Nº 002/2017 AO PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO – AUTÓGRAFO 013/2017

Senhor Presidente,
Senhores Vereadores,

Cumpre-nos comunicar-lhes que, na forma do disposto no art. 43, da Lei Orgânica do Município, tempestivamente, **VETEI a expressão “calçamento” utilizada no art. 1º do Projeto LEI DO LEGISLATIVO – AUTÓGRAFO 0013/2017**, originário dessa Casa de Leis, que **“ESTABELECE A OBRIGATORIEDADE DO CALÇAMENTO E DA INSTALAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRANSITO HORIZONTAL E VERTICAL, INCLUSIVE COM PLACAS INDICATIVAS DOS NOMES DOS LOGRADOUROS E ESPAÇOS PÚBLICOS EM GERAL, PELO ENTE PRIVADO, QUANDO DA APROVAÇÃO E DO RECEBIMENTO DE NOVOS LOTEAMENTOS, CONDOMÍNIOS RESIDENCIAIS OU CONJUNTOS HABITACIONAIS NO MUNICÍPIO DE PRADÓPOLIS/SP”**.

RAZÕES E JUSTIFICATIVAS DO VETO

Referido projeto de lei é de extrema importância para o Município e para os futuros loteamentos que vierem a ser construídos.

Todos os artigos são importantes e imprescindíveis para que haja uma melhor infraestrutura em todos estes novos empreendimentos.

No entanto, quanto à expressão utilizada no artigo 1º, onde torna-se **“obrigatório o calçamento no loteamento”**, não há previsão de onde este calçamento deverá ocorrer, se em áreas verdes e institucionais ou em todos os lotes.

Assim, não havendo a previsão do local, entendo prudente vetar a expressão “calçamento” de referida lei, inclusive o inciso II do art. 2º.

Senhores Vereadores, ainda que dependa de regulamentação pelo Poder Executivo, seria prudente constar em referida lei, que este calçamento deve ser nas áreas verdes e institucionais, pois o calçamento nos lotes depende de aprovação de projeto de construção da unidade habitacional a ser desenvolvido pelo futuro proprietário para respectivo imóvel. Caso este seja feito pelo loteador em todos os lotes, haverá um dispêndio desnecessário com gastos

C.M.P. 19/MR/2017 14:56 000005483



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADÓPOLIS

ESTADO DE SÃO PAULO – CNPJ 48.664.296/0001-71

para esta execução, pois o serviço será perdido, haja vista que muitos terrenos podem necessitar de aterro ou retirada de terra e nem sempre estes estarão no nível ideal para a imediata construção.

Portanto, repita-se, a execução de calçamento em loteamentos novos, **deve ser exigida em áreas públicas de domínio do poder público, ou seja, nas áreas verdes e institucionais.**

Sugere-se aos Senhores Vereadores que realizem uma emenda a esta importante lei, especialmente no artigo 1º, passando a ter a seguinte redação, como sugestão:

*“Art. 1º Torna-se obrigatório ao agente privado, a partir da aprovação de novos projetos de loteamento, de condomínios residenciais ou de conjuntos habitacionais no Município de Pradópolis/SP, **o calçamento nas áreas verdes e institucionais**, a instalação da sinalização de trânsito horizontal e vertical, incluindo a instalação de placas indicativas dos nomes dos logradouros e espaços públicos em geral na área loteada.” (grifos nossos)*

Pelo exposto, à vista das razões ora explicitadas, demonstrando os óbices que impedem a sanção do Projeto de Lei do Legislativo, Autógrafo nº 013/2017, **apresentamos Veto parcial ao mesmo, especificamente à expressão “calçamento” no artigo 1º, sugerindo que este mesmo artigo passe a constar a expressão “o calçamento nas áreas verdes e institucionais”, conforme acima.**

Pradópolis, 18 de maio de 2.017.



Silvío Martins
Prefeito Municipal de Pradópolis